

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(IM) LEONARDO ZAMPA DA SILVA

O EMPREGO DO PODER NAVAL NA DISSUAÇÃO DA CRISE DOS MÍSSEIS DE 1962

Rio de Janeiro

2019

CC(IM) LEONARDO ZAMPA DA SILVA

O EMPREGO DO PODER NAVAL NA DISSUASÃO DA CRISE DOS MÍSSEIS DE 1962

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Octacílio Bandeira Peçanha

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2019

RESUMO

Em 1962, quando da descoberta da instalação dos mísseis balísticos na Ilha de Cuba, agravou-se a crise entre os norte-americanos e os soviéticos. A escalada da crise poderia chegar a uma catástrofe mundial e, com isso, gerar efeitos devastadores e irreversíveis. O emprego do Poder Naval juntamente com a diplomacia fizeram com que os ânimos se acalmassem, proporcionando uma saída alternativa para a Crise dos Mísseis de 1962.

Palavras-chave: Dissuasão. Diplomacia naval. Confronto e Coexistência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As funções das Marinhas de Guerra.....	47
Figura 2 – Estratégias adotadas com propósitos políticos preestabelecidos.....	48
Figura 3 – Os componentes da diplomacia naval.....	49
Figura 4 – Probabilidade de ocorrência do emprego das forças navais de acordo com a escalada da violência.....	50

Índice

1 INTRODUÇÃO	5
2 O EMPREGO DO PODER NAVAL EM MANOBRAS DE CRISE	8
2.1 O PODER NAVAL	9
2.2 MANOBRAS DE CRISE	11
2.3 DIPLOMACIA NAVAL	12
2.3.1 Presença Naval	14
2.3.2 Tipos de emprego das Forças Navais	16
2.4 PERSUASÃO, DISSUASÃO E COERÇÃO	19
2.4.1 Persuasão	19
2.4.2 Dissuasão e Coerção	20
3 CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA	21
3.1 DA GUERRA MUNDIAL À GUERRA FRIA	21
3.2 REVOLUÇÃO CUBANA	23
3.3 AS POLÍTICAS DE DEFESA NORTE AMERICANAS	23
3.3.1 Doutrina Truman	24
3.3.2 Política “NEW LOOK”	25
3.3.3 Opções Flexíveis de Dissuasão	27
3.4 CRISE ENTRE EUA E CUBA	28
3.4.1 Provocação	29
3.5 SÁBADO NEGRO	31
4 A MARINHA DE GUERRA DO PÓS GUERRA ATÉ OUTUBRO DE 1962	33
4.1 REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	33
4.2 A NOVA ESTRATÉGIA A SEGUIR PELA USN	35
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO A – Funções das Marinhas	42
ANEXO B – Diagrama de probabilidades	43
ANEXO C – O alcance e a extensão da diplomacia naval	44
ANEXO D – Gráfico da probabilidade de ocorrência	45

1 INTRODUÇÃO

O mar com sua enorme extensão pela superfície terrestre sempre foi um ambiente relevante para a humanidade em virtude das possibilidades do seu uso como via de transporte, na obtenção de inúmeros recursos naturais e na sua utilização pelo emprego militar. A sua crescente importância e o seu significado estratégico acompanharam a evolução gradativa das sociedades, que em paralelo fomentou o desenvolvimento de meios militares navais para auxiliarem na defesa dos diversos interesses do Estado.

Nesse contexto do emprego militar, a extensa área do ambiente marítimo proporcionou aos Estados costeiros uma grande mobilidade dos seus meios bélicos e, simultaneamente, facilitou o posicionamento estratégico do seu Poder Naval em qualquer parte do globo terrestre, sem grandes complicações diplomáticas. Com essa capacidade, as numerosas Marinhas puderam se articular em todo o cenário internacional possibilitando o seu emprego como um instrumento da Diplomacia Naval para a projeção do interesse nacional.

A Diplomacia Naval, entretanto, pode compreender uma variedade de ações e comportamentos que não necessariamente leve a um ato de guerra ou qualquer tipo de violência entre os Estados que estiverem se relacionando, sendo assim, as Forças Navais podem ser uma ferramenta que auxilie a política externa dos Estados, em tempo de paz, na conquista dos objetivos nacionais.

A utilização desse instrumento Estatal se faz necessária com a atuação da presença naval consolidada por meios construídos para a real necessidade de entrar em ação, em qualquer momento, para defender, caso seja necessário pela força, os interesses do Estado, onde pode ocorrer perfeitamente em tempos de paz. Essa ideia também foi comentada e

reforçada pelo escritor Ruy Barbosa, no livro Carta de Inglaterra¹, quando do seu exílio no Reino Unido:

Primeiramente, esquadras de guerra não se evocam de improviso, nem se atamancam entre apuros com invenções engenhosas de momento. Com os progressos actuaes da artilheria, da mecanica e da construcção naval, podemos estabelecer o axioma de que, para a guerra, só se aproveitam os navios especialmente construidos para o combate (RUY BARBOSA, 1896, p.162).

Para o desenvolvimento deste trabalho será estudado qual a contribuição do emprego do Poder Naval nas manobras de crise, em que a crise a ser estudada será a crise dos mísseis de Cuba, no ano de 1962, quando ocorreu uma situação de tensão entre as duas maiores potências mundiais da época, os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União da República Socialista Soviética (ex-URSS), no qual se enfrentaram por motivos políticos e estratégicos utilizando da efetiva demonstração de força ao ponto de chegarem à beira de uma guerra, que poderia provocar uma rápida escalada ao conflito nuclear.

Será analisada, junto a essa crise internacional, a importância da diplomacia, em especial da diplomacia naval, no desenrolar da manobra de crise e tendo como objetivo desta dissertação responder às seguintes questões: de que forma o emprego do Poder Naval dos EUA contribuiu para a distensão da crise? Qual foi o tipo de resolução de conflito adotado pelo EUA que contribuiu para a distensão da crise?

Portanto, este trabalho pretende ser desenvolvido em três capítulos de forma que seja possibilitada a exposição teórica sobre o emprego das forças navais utilizadas no desenrolar dessa crise internacional, mediante uma breve apresentação histórica dos acontecimentos mais pertinentes e por fim a confrontação das teorias abordadas com a realidade ocorrida no emprego do Poder Naval na manobra de crise entre as potências citadas. Sendo assim, essa dissertação está estruturada com a presente Introdução, três capítulos e a Conclusão. Os três capítulos adiantes são desenvolvidos de acordo com o seguinte teor mais detalhado:

¹ O Jornal do Commercio pediu para Ruy Barbosa, quando do seu exílio na Inglaterra, que escrevesse um livro sobre aquele país, extraindo lá as lições legais, jurídicas e constitucionais cabíveis. Entretanto, as informações transmitidas por meio deste livro apresentava informações que seriam entendidas mais como crítica ao nosso país do que como louvor ao que as inspirara.

O primeiro capítulo trata do pressuposto teórico do emprego das forças navais em situação de crise, sendo destacados os conceitos do emprego limitado da força, Presença Naval e a utilização das estratégias de dissuasão, coerção e persuasão no âmbito da Diplomacia Naval.

O segundo capítulo contém uma contextualização histórica para que se possa entender, de uma forma global, a magnitude dessa crise internacional que acometeu a paz mundial com o temor despertado, da possível catástrofe, no perigo da utilização de armamento de destruição em massa.

O terceiro capítulo apresenta uma comparação entre o comportamento das Forças Navais envolvidas diretamente nessa crise internacional com o binômio Poder Naval e Diplomacia Naval que como resultado contribuiu no enfraquecimento da situação de tensão durante a crise dos mísseis em Cuba.

Por fim, na Conclusão, é feito o fechamento das ideias principais respondendo, aos dois questionamentos, quanto ao resultado obtido pela contribuição da atuação do Poder Naval norte americano na solução das controvérsias entre as duas superpotências e, adicionalmente, concluir se o conflito naval com o emprego da violência é apenas uma das opções disponíveis ou se não é apenas uma consequência inevitável decorrente de uma escalada contínua da crise.

2 O EMPREGO DO PODER NAVAL EM MANOBRAS DE CRISE

Para iniciar o desenvolvimento deste capítulo, podemos entender que a manobra de crise, de acordo com Brasil (2002), são ações coordenadas e executadas no intuito de provocar, prevenir ou até mesmo resolver as crises, na qual essas ações dependem das decisões difíceis a serem realizadas sobre uma ótica subsidiada por dados incompletos, em meio a tensão, levando em consideração a impressão do oponente e, ao mesmo tempo, lidando com o risco de guerra.

Adicionalmente, para Brasil (2002) o desenrolar da manobra de crise é feito pela utilização das distintas expressões do Poder Nacional onde a expressão que se destaca sobre o conjunto é a de natureza política. Assim sendo, Brasil (2002) conclui que “a solução de crises é um processo essencialmente de negociações e a ação política é a decisiva. O Poder Militar é empregado para influir no desenrolar e desfecho das negociações”(BRASIL, 2002, p.1-1)

Por sua vez, as controvérsias entre os Estados que atingem os interesses nacionais podem ser intermediadas pelas forças navais, em virtude de serem ferramentas singulares à disposição da Política, na qual possuem a habilidade de estarem presentes na área em crise e dela se retirarem, sem incorrer necessariamente em um engajamento. Por outro lado, transformam-se em recursos a disposição do Estado para dar credibilidade à política externa por meio da capacidade de dissuasão e coerção, ou mesmo pela persuasão (PINTO, 1989).

Dessa forma, as Marinhas de Guerra são sempre utilizadas como instrumento político por excelência, pois o seu emprego pode abarcar tanto para os tempos de guerra como, também, para os períodos de paz. Complementarmente, independente do período que seja empregada a força naval, pode-se condensar que o objetivo político a ser atingido é de obter o aumento do prestígio nacional perante outro Estado ou impor a vontade nacional em um problema pendente (PINTO, 1989).

2.1 O PODER NAVAL

As funções das Marinhas de Guerra podem ser concebidas sob o contexto de uma trindade, onde a unidade dessa trindade é feita por meio do mar. O caráter dessa trindade é estabelecido pelas três funções características de ação que as marinhas encontram no seu propósito, são elas as funções militar, diplomática e de policiamento. Essa trindade pode ser visualizada no diagrama das funções das marinhas (ANEXO A) (BOOTH, 2014).

Em uma visão geral, Booth (2014) ressalta que os Estados possuem interesses no mar por três razões, sendo elas a passagem de mercadorias e pessoas, passagem da força militar para fins diplomáticos ou para uso bélico no mar ou em terra e para a exploração de recursos dentro ou sob o mar. Com isso, a Marinha de Guerra existe como meio do Estado de assegurar tais fins.

Considerando-se a definição do Poder Naval contida na Doutrina Militar Naval (DMN) da Marinha do Brasil (MB) temos:

O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa (Brasil, 2017, p.1-5).

Inferindo que essa definição seja, de certa forma, para todo o Poder Naval mundial, podemos observar a grande atuação das Marinhas de Guerra nos diversos tipos de ambientes distintos. Além disso, este poder possui certas características peculiares que o potencializam como uma arma poderosa para a diplomacia de um Estado como a mobilidade², permanência³, versatilidade⁴ e flexibilidade⁵ (BRASIL, 2017).

Com essas características do Poder Naval, Cable (1985) ressalta que a versatilidade dos navios de guerra permite a capacidade desses de representar e sustentar uma

2 “representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato” (BRASIL, 2017, p. 1-5).

3 “capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões” (BRASIL, 2017, p. 1-5).

4 “alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas” (BRASIL, 2017, p. 1-5).

5 “capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando seu emprego gradativo” (BRASIL, 2017, p. 1-5).

ameaça implícita sem um único ato de guerra, possuindo a vantagem de se implantarem no terreno neutro do alto mar e, se necessário, comandar suas operações sem infringir os direitos de outro Estado. A aptidão dessas belonaves de esperar em alto mar permite que o governo que as controlem ganhe tempo para reflexão, para a diplomacia, para as negociações ou para outros preparativos.

Ainda nessa linha de pensamento, Cable (1985) afirma que acima de tudo, os navios de guerra são facilmente retirados de alto mar, mesmo quando estão realmente envolvidos em conflitos. Concluindo assim, que o Poder Naval é um instrumento tão flexível que é inevitavelmente uma ferramenta de escolha, sempre que as circunstâncias permitirem, para o governo que pretende ameaçar ou usar a possibilidade da força limitada para a defesa de seus interesses.

Para Gorshkov (1979) é observado que há uma crescente importância do emprego das Marinhas de Guerra no desempenho do seu papel quanto a execução das demandas sobre as questões marítimas, em virtude de sofrerem forte influência do desenvolvimento das políticas de um Estado.

Nessa linha de observação, podemos adicionar que as grandes potências do mundo empregaram e continuam empregando suas forças navais de forma sistemática comprovando a considerável notoriedade do Poder Naval para o Estado (PINTO, 1989).

Contribuindo com o exposto pelo Almirante Gorshkov, sobre a crescente utilização das Marinhas, em uma visão pragmática, podemos elevar um dos ensinamentos de Mahan (1890) ao dizer que o estudo cuidadoso do homem do mar quanto as causas dos êxitos e dos fracassos, não somente será observado e assimilado de forma gradual esses ensinamentos, como crescerá sua aptidão para aplicá-los no emprego dos navios e armas do seu tempo.

O que coaduna com a visão de Pinto (1989) onde dentro de uma visão estratégica global poderá ser observado uma grande familiaridade entre as atividades e tarefas realizadas

pelas forças navais no passado e as que são praticadas nos dias de hoje ou que serão desenvolvidas pelas Marinhas do amanhã.

2.2 MANOBRAS DE CRISE

Para um maior entendimento sobre as manobras de crise precisamos discorrer sobre o conflito, que segundo Brasil (2002) o conflito é o processo resultante da divergência entre duas partes que possuem um interesse comum, tendo como resultado a busca de uma solução ou compromisso, não necessariamente satisfatório para ambas as partes.

O conflito pode ter gradações e ser gradualmente aumentado de acordo com o estado em que se encontra a relação interestatais. Dependendo do grau de tensão em que se encontrem, sendo elas a paz, a crise ou a guerra, teremos a identificação do espectro dos conflitos⁶, dos quais evidenciados na situação de paz pela negociação com o uso da transação ou do convencimento, enquanto na crise a compulsão que engloba a transação e o convencimento mais a intimidação, atrição e a sujeição, e por fim na guerra, em que existe a violência declarada apresentada pela sujeição ou pela destruição.

Nesse contexto, entre a paz e a guerra há a existência da crise em que se estabelece um equilíbrio instável pela qual tende-se a aceitar riscos, com objetivos de se conseguir a distensão ou a oportunidade de se obter uma paz vantajosa e que atenda aos interesses dos envolvidos.

De acordo com Brasil (2002), a manobra de crise compreende o emprego das diversas expressões do Poder Nacional, sendo que as atuações políticas poderão empregar o Poder Naval para as soluções das controvérsias.

Dentro dessa abordagem, o Estado pode adotar diversas estratégias com o Poder Naval para enfrentar as crises e com a utilização da presença naval no cenário exigido, nas

⁶ Segundo o Coronel Av Luiz Paulo (ADESG, 2014). Disponível em: <https://www.academia.edu/30308180/Crise_Internacional_Político-Estratégica_e_a_Aplicação_do_Poder_Militar>. Acessado em: 14 jul. 2019.

quais muitos estrategistas desenvolveram diferentes modalidades de emprego das forças navais para atuarem de forma auxiliar ou decisiva na solução das manobras de crise.

Para Pinto (1989), a crise se constitui por uma conjuntura de divergências entre os interesses dos Estados que são fortemente agravadas por ações adversas de algum Estado envolvido. Sendo assim, um dos recursos políticos mais favoráveis para conter a crise, ou até mesmo solucionar, é o emprego das forças navais.

A principal característica de se escolher o emprego da força naval, por meio de uma política de Estado, como uma opção mais vantajosa para intervir numa crise, é justamente a competência de que dispõem os meios navais em projetar o poder sem levar a termo uma agressão militar ou sequer ferir a soberania de um outro Estado, apenas contando com sua presença na área da crise. Essa medida representa uma forma de fazer uma ameaça sob controle, ou seja, pode-se retroceder ou ir adiante conforme a situação da crise evolua (PINTO, 1989).

Ressalta-se que a decisão de se escolher este recurso militar só ocorrerá se for a forma mais eficaz e adequada de solucionar ou neutralizar a crise. Lembrando que o emprego da força naval não se resume a falta de recurso político ou por medidas emergenciais, uma vez que o emprego militar não se caracteriza obrigatoriamente numa escalada do nível de violência (PINTO, 1989).

2.3 DIPLOMACIA NAVAL

De acordo com Till (Till, 2004, p. 271) apesar do fato das ações de diplomacia naval ser muito antiga quanto as civilizações, os grandes mestres dos pensamentos navais lidaram apenas parcialmente com as complexidades dessa matéria. Todos esses pensadores chegaram ao ponto de que as estratégias marítimas e o uso da Força Naval deveriam ser apropriadamente usados para uma estratégia naval global e, com isso, poderiam ser alcançados os propósitos políticos dos Estados.

Segundo Till (2004), os mestres dos pensamentos navais aceitavam a ideia de que as diplomacias não significariam nada sem uma força naval para apoiá-la. Corbett (1911) pensava que a primeira função de uma força naval era de suportar ou obstruir esforços diplomáticos e, nessa mesma linha de pensamento, temos Mahan (1890) que reforça a ideia de que a posse de uma Força Naval aumenta o prestígio, a segurança e a influência dos Estados, sendo isto necessário para que as Grande Potências sejam fortes no mar.

Da mesma forma Gorshkov (1979) compartilha do mesmo pensamento em que as Marinhas de Guerra podem validar o real poder de fogo de um Estado com as ações de demonstração de uma força naval que, em muitos casos, tem cooperado para atingir os objetivos políticos sem necessariamente recorrer à luta armada, apenas com sua presença naval de forma a projetar pressão, pelo seu potencial uso em operações militares, na diplomacia entre os Estados.

Essa contribuição da força naval à diplomacia naval, em ameaçar seus inimigos com o próprio fato de sua mera existência, é capaz de permitir que a diplomacia possa criar diferentes estratégias navais para solidificar sua posição no tabuleiro de negociações e, com isso, forçar seus oponentes a cederem a seus objetivos (GORSHKOV, 1979).

Quando a força naval é efetivamente empregada para algo realmente que impacte as relações internacionais entre os Estados, de forma a chamar atenção, ela muda da dimensão meramente existencial para algo mais focado e proposital, sendo percebida pelo poder de impactar nas negociações interestatais (TILL, 2004).

Contudo, Carvalho (1982) acredita nas chances de que a diplomacia naval será muito mais eficiente quando o Poder Naval for empregado em ações de apoio do que quando for utilizado em circunstâncias de confronto ou de oposição; porque as Marinhas militares tem uma gama de utilidades para aplicação na estratégia diplomática como interferir positivamente e aprimorar a habilidade negociadora dos Estados, dar suporte a amigos e aliados que por ventura venham a sofrer pressão sob o contexto de ameaça externa, alavancar

a influência dentro das alianças, realizar a presença naval de forma a impor que seja dada atenção ao interesse do seu Estado, possibilidade de ser utilizado como ferramenta para a gerencia de crises e outros mais.

Muitos pensadores descrevem diversas estratégias navais para atender aos objetivos do Estado e contribuir, dessa maneira, com o exercício da diplomacia em períodos de paz ou de crise. Essas estratégias navais são muito parecidas entre os pensadores, que por fim as estratégias apresentam uma aplicação similar para a conquista do que se pretende alcançar.

Till (2004) comenta que a crise ao ser tratada por meio da diplomacia naval pode ser graduada entre a presença naval e a coerção conforme é representado no gráfico dos componentes da diplomacia naval (ANEXO C).

2.3.1 Presença Naval

A característica principal do Poder Naval é a capacidade de se projetar em qualquer área marítima como em qualquer território, tendo como resultado inicial dessa projeção a presença naval. A partir daí, é possível executar o poder por meio do controle de área ou, senão, pela dissuasão, persuasão ou coerção. Sendo assim, pode-se concluir que somente será exercido o Poder Naval se este for projetado e, como consequência, realizar a efetiva presença naval (PINO, 1989).

A presença naval possui uma flexibilidade na sua forma, trazendo como consequência para os diplomatas uma ampla gama de opções políticas que eles podem escolher explorar para preservar os interesses nacionais. Para Till (2004), essa capacidade facilita a construção de imagens, a coerção e a construção de coalizões. Apresenta uma forma rentável de explorar vantagens especiais para o mar e marinhas.

Till (2004) substancia esse pensamento ao relacionar essa capacidade das Marinhas militares como sendo a independência quanto ao apoio do Estado anfitrião e as

limitações políticas; o alcance devido a evolução tecnológica dos armamentos que proporciona uma capacidade de atingir a grandes distâncias; a flexibilidade pelo fato de existirem diversos tipos diferentes de navios que podem ser polivalentes quanto a possibilidade de poderem transmitir mensagens completamente diferentes; a controlabilidade da força naval que pode ser inserida ou retraída da área de atuação caso os eventos tomem rumos desagradáveis; e, por fim, a mobilidade estratégica ao fato da força naval permanecer aguardando em prontidão próximo a áreas prováveis de atuação e, caso necessário, ser rapidamente empregada.

Pino (1989) ressalta que em situação de paz, a presença naval é o efeito da capacidade e da vontade de se projetar o Poder Naval. A presença naval não é a finalidade e sim o alicerce para exercer o poder.

Realizando a presença naval na área marítima é possível organizar as forças navais para que se tenha o controle de área e, a partir daí, ter a capacidade de efetuar influência para a realização de persuasão ou dissuasão. Essa atitude de ter a presença naval já sinaliza uma conduta ofensiva demonstrando e proporcionando a oportunidade de se aplicar o poder em prol da conquista dos fins políticos almejados (PINO, 1989).

É importante reforçar que possuir apenas um Poder Naval não tem por si só a capacidade de dissuasão. Em contrapartida, essa capacidade só é efetiva a partir do momento que é realizada a presença naval. Um bom exemplo clássico para ilustrar é a crise das Malvinas, em que o forte Poder Naval britânico não foi capaz de dissuadir o governo argentino quando decidiram invadir o arquipélago.

Segundo Till (2004), a presença naval pode apresentar-se de diferentes formas, levando-se em conta o aspecto do tempo e da necessidade do posicionamento de contingência. Quanto ao tempo, dependendo da necessidade a presença pode ser rotineira ou contínua, particularmente em áreas importantes onde deseja-se demonstrar um interesse permanente. Por outro lado, pode ser periódica passando a ideia de um interesse menos aguçado.

Quanto ao posicionamento de contingência, Till (2004) refere-se ao envio da força naval para uma área de interesse de modo a desviar outras marinhas da região em virtude do desconhecimento da intenção da sua presença naval.

Entretanto, Till (2004) comenta que James Cable foi bastante indelicado quanto ao estado de prontidão de algumas presenças navais ao comentar a ideia de que os navios de guerra são movimentados e enviados em exercícios como um gesto político, sendo uma alternativa à ação efetiva ou uma saída para a emoção, porém muitas vezes é um seguro preventivo justo contra o imprevisível.

Existe também as definições de presença naval nas modalidades preventiva e reativa assim definidas por Carvalho (1982), quando analisa a presença naval em áreas sensíveis. Observa que a presença naval preventiva é aplicada para fins de apoiar ou de usar a capacidade persuasiva de forma que o oponente reavalie a sua pretensão em intervir na área sensível para que não haja a possibilidade de provocar uma escalada de violência indesejável. Nesse contexto, o emprego da força naval poderá ser de meios navais menos capacitados ou até mesmo simbólicos.

Para a modalidade de presença naval reativa entende-se pelo propósito de anular a capacidade de influência sobre a presença naval do opositor que tenha sido projetada na área de interesse ou de apenas reagir quanto a interferência nos objetivos navais do seu Estado. Para isso, faz-se necessária a aplicação de navios mais capacitados que a reboque possa ter um aumento virtuoso nos custos materiais e até políticos inconvenientes.

2.3.2 Tipos de emprego das Forças Navais

Para Cable (1981) a utilização da diplomacia da canhoneira, pelas marinhas possuidoras de belonaves forjadas com poderosos canhões, pode ser muito bem aplicada em benefício dos interesses do Estado quanto ao uso da força naval limitada ou apenas da ameaça de sua aplicação. Entretanto, esse emprego não seria um caso de guerra declarada, mas sim da

possibilidade de obter vantagem, ou evitar perda, seja no campo de uma disputa internacional ou contra os Estados em seu próprio território ou em suas águas jurisdicionais.

Sendo assim, a diplomacia da canhoneira não necessariamente deveria conter ações ofensivas e agressivas, mas o emprego da força naval limitada seria mais economicamente aplicada quando a ameaça alcançasse somente o objetivo político de determinado Estado. Por isso, nada será diplomacia de canhoneira sem a presença dos navios de guerra na área de interesse contando com a sua possibilidade de utilização (CABLE, 1981).

Assim sendo, pode-se ter como percepção da definição da diplomacia das canhoneiras, a abrangência do entendimento de Cable quanto aos objetivos tipicamente diplomáticos sobre a obtenção das vantagens ou evitar perdas com a ameaça do emprego da força naval, assim como, com o uso ou ameaça do emprego da e o meio militar, aqui entendido como o uso ou ameaça do emprego da força naval limitada.

Apesar da definição de James Cable sobre a diplomacia da canhoneira, onde contextualiza o emprego da força naval limitada, passa a impressão de uma forma mais restrita da diplomacia naval, pois Cable define sempre dois lados como sendo um o assaltante e o outro a vítima. Sendo assim, Cable apresenta quatro formas de apresentar o emprego dessa diplomacia por meio das forças navais condensando as particularidades inerentes ao emprego do poder naval em situações de crise. Dessa maneira, passaremos a considerar como pressuposto teórico as definições desses quatro tipos de forças navais, sendo elas: força definitiva, força intencional, força catalítica e força expressiva.

De forma similar, Pinto (1989) acredita que a presença naval simboliza a fase inicial das crises internacionais, entretanto a partir do momento que passa a ter a gradualmente uma tendência mais agressiva nas relações diplomáticas e, com isso, um maior envolvimento da força naval, apresentada pelo gráfico do ANEXO D, Pinto (1989) sugere algumas modalidades de emprego das forças navais que são: força potencial⁷, força de apoio

⁷ Cable (1981), em sua obra *Gunboat Diplomacy*, classifica essa força de forma análoga a que ele denomina de Força Intencional ou Impositiva

ou sustentadora⁸ e força de intervenção⁹, tendo esta última força uma subclassificação que é bloqueadora, definidora, punitiva ou restauradora.

O emprego da força definitiva tem como objetivo criar um cenário de fato consumado onde o lado da vítima terá a escolha de aceitar ou de retaliar o lado assaltante. Sendo assim, a força assaltante tem a esperança de que a força empregada é o suficiente para alcançar o objetivo motivador da crise e a vítima a opção do consentimento ou do confronto (CABLE, 1981).

Quanto ao emprego da força intencional, a força naval limitada é empregada propositalmente para influenciar na postura política de um governo estrangeiro ou o caráter de governo ou, também, para apoiar grupos organizados locais que atuem contrários a política do próprio Estado. Entretanto, a aplicação intencional da força não é aplicada para as vias de fato e sim para induzir o outro Estado a adotar uma postura que não realizaria senão pela ameaça. À vista disso, observa-se que o uso da força intencional é tanto menos direta quanto menos confiável para atingir o objetivo proposto do que a força definitiva, pois ficará a mercê da vítima a decisão a ser tomada para o sucesso do emprego da força intencional (CABLE, 1981).

Cable (1981) comenta que o uso da força catalítica serviria para a diplomacia como uma forma de se contrapor a alguma ameaça disforme ou a proporcionar oportunidades ainda que obscuras. Dessa maneira, esta força atende a uma ameaça imprecisa, tendo um caráter preventivo, pois a sua adoção é frequentemente aplicada para fins mais vagos em virtude da não definição, com precisão, dos objetivos a serem alcançados. Cable enuncia que para um cenário na qual é sentido que algo irá acontecer, aqueles Estados aptos a utilizá-la poderiam de alguma forma intervir no ponto crítico, assim colhendo vantagens onde a forma e maneira de obtenção ainda estão indeterminadas. A aplicação dos navios de guerra seria ao

8 Cable (1981), em sua obra *Gunboat Diplomacy*, classifica essa força de forma análoga a que ele denomina de Força Impositiva e Expressiva, porém com sentido um pouco mais amplo.

9 Cable (1981), em sua obra *Gunboat Diplomacy*, classifica essa força de forma análoga a que ele denomina de Força Definitiva.

largo aguardando o momento mais auspicioso para a intervenção. Desde que permaneçam em alto mar, não estarão comprometidos e caso já tenham realizado a intervenção, podem ser facilmente desengajados e retirados (CABLE, 1981).

Finalmente, a força expressiva possui uma característica recorrente que é a ambiguidade, pois o emprego dos navios de guerra é para enfatizar atitudes, para reforçar credibilidade a posições pouco convincentes ou para proporcionar uma saída para a emoção. Ela é a menos utilizada para o adiantamento dos objetivos da política externa.

2.4 PERSUASÃO, DISSUASÃO E COERÇÃO

2.4.1 Persuasão

Em tempos de paz, as relações interestatais ocorrem espontaneamente e, naturalmente, incorrendo sempre em um Estado querer influenciar o outro com o propósito de aumentar os relacionamentos e os vínculos entre eles. Assim Pinto (1989) define persuasão “mesmo no vocabulário estratégico militar, como convencer, induzir, determinar a vontade, influenciar, ou ainda cativar ou conquistar a confiança de outro” (PINTO, 1989, p. 71).

Dessa forma, quando se emprega o poder naval com o intuito de persuadir outros Estados, passa a ter a intenção apenas de concretizar seus laços políticos e, conseqüentemente, aumentar o campo de influência.

Entretanto, persuadir com o poder militar naval é uma tarefa difícil já que a intenção de influenciar amistosamente decorre de uma sensibilidade acima do normal e acaba fugindo um pouco da sua finalidade que é empregar a força como influência. Logo, necessita transmitir a percepção favorável de amizade e de gestos pacíficos, dando a sensação de apoio e proteção, não permitindo a assimilação de qualquer forma de agressão (PINTO, 1989).

2.4.2 Dissuasão e Coerção

De acordo com Pinto (1989), a dissuasão é “mudar a idéia ou a intenção de alguém, fazê-lo desistir de um intento, impedir uma ação ou desestimulá-la [...] a dissuasão é imposta pela força ou conseguida por pressão”(PINTO, 1989, p.72). Em tempos de paz a dissuasão tem que ser mais suave em virtude de ser o oposto da definição da persuasão. Está mais propensa a ser usada em uma situação de crise, quando os ânimos estão mais tensos e onde pode ser aplicada de forma mais objetiva e impositiva.

Apesar da dissuasão estar próxima do emprego da ameaça, ela é aplicada de forma mais branda para que não ocorra mágoas ou alterações políticas bruscas. Ao aplicá-la é preciso dar ao outro Estado a chance de uma saída honrosa e aceitável aos seus interesses. A dissuasão pode ser aplicada apenas pela simples razão da existência de uma superioridade bélica adversária (PINTO, 1989).

Para Till (2004), a dissuasão constrói a ideia de que caso alguém continue com as intenções contrárias ao dissuasor enfrentará um dilema quanto a expectativa de que os custos prováveis para a manutenção do ato ter a chance de exceder os prováveis benefícios. Sendo assim, a dissuasão pode ter gradações quanto a intensidade da força ou da pressão que será exercida e limitada a não aplicação efetiva de violência pois, caso ocorra, deixará de ser dissuasão e passará a ser coerção.

Dessa maneira, a coerção nada mais é que a escalada da força e da pressão ao ponto de se usar a violência para obrigar um adversário a fazer algo, ou talvez a parar de fazer algo, que não respeite a decisão daquele que pratica a coerção. Esta ação pode trazer consequências letais para aquele que sofre a coerção (TILL, 2004).

3 CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial¹⁰ (II GM) o mundo se viu dividido entre dois polos de poder, um sendo liderado pelos EUA e o outro pela ex-URSS. Essa divisão foi gerada pelo conflito de ideologias, entre essas duas superpotências bélicas, polarizando o mundo entre dois grupos que disputavam a hegemonia e tendo como consequência uma guerra velada chamada de Guerra Fria¹¹.

Nos 45 anos da Guerra Fria, houve momentos em que a tensão entre as duas superpotências tornou-se quase insuportável. Somente uma vez, no entanto, uma guerra nuclear¹² total pareceu não apenas possível, mas provável. Durante duas semanas, em outubro de 1962, o mundo inteiro assistiu horrorizado ao confronto entre os EUA e a ex-URSS em relação à ilha de Cuba, que chegou ao ponto em que os conflitos armados e nucleares entre os dois pareciam inevitáveis.

3.1 DA GUERRA MUNDIAL À GUERRA FRIA

Durante a II GM, os EUA e a então ex-URSS eram aliados. Porém a partir do momento em que os alemães e os japoneses foram derrotados em 1945, as duas superpotências tornaram-se cada vez mais desconfiadas umas das outras, tendo como o principal fato, mas não o único, a diferença de ideologia.

Esse confronto de ideologias era motivado pela crença de que os norte-americanos acreditavam que a então ex-URSS planejava espalhar o comunismo em todo o mundo. Por outro lado, os soviéticos acreditavam que os EUA eram profundamente anticomunista e queriam ver todas as partes do mundo convertidas ao capitalismo. Essa desconfiança mútua foi a base para uma guerra secreta e não declarada entre os dois Estados mais poderosos da Terra.

10 Ocorrida entre os anos de 1939 a 1945.

11 Período abrangido entre 1947 a 1991.

12 Guerra gerada por meio de artefatos nucleares, sendo elas as bombas atômicas, construídas a partir da fissão do urânio.

Dessa maneira, após o fim da II GM, a ex-URSS¹³ tentou disseminar os regimes comunistas em diversos países ao redor do mundo, seja por intervenção militar direta ou fornecendo insurgências comunistas com armas e apoio da ex-URSS. Por outro lado, os presidentes dos EUA tentaram bloquear a disseminação do comunismo, fornecendo ajuda econômica e militar a regimes que consideravam amigáveis, e, para efetivar esse apoio, ameaçavam realizar intervenção militar.

Outra razão para a tensão vinha da convicção que Stalin e os demais líderes da ex-URSS possuíam em relação ao direito de espólio de guerra. Existia a percepção que, ao final da guerra, os norte-americanos tiveram muito mais vantagem sobre o continente europeu do que a ex-URSS, em virtude de terem sofrido muito menos com relação as perdas materiais e pessoais.

Em contrapartida, os EUA estavam preocupados com a perspectiva de uma Europa controlada pelos soviéticos, pois encontrava-se frágil, atolada em inúmeras dívidas, e a falta de energia elétrica era um obstáculo para a recuperação da produção industrial, e, com isso, tentou bloquear a disseminação do poder soviético na Europa continental. O resultado foi uma Europa dividida em leste e oeste por uma fronteira que rapidamente ficou conhecida como a Cortina de Ferro, sendo essa a divisão entre o leste controlado pelos comunistas¹⁴ e o oeste influenciados pelos norte-americanos¹⁵.

Sendo assim, ficou notório para ambos os lados que nenhum dos dois Estados poderiam esperar angariar mais território na Europa sem que pudesse botar em evidência a possibilidade de uma grande guerra. Por essa razão, ambas passaram a olhar para outras áreas do mundo com o intuito de expandir suas respectivas ideologias (LEVRIER-JONES, 2016).

13 Sob o controle absoluto de Joseph Stalin, que era o secretário do Comitê Central do Partido Comunista.

14 Compostos pelos Estados participantes do Pacto de Varsóvia.

15 Influência esta relativa ao Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

3.2 REVOLUÇÃO CUBANA

. Em 1933, Fulgencio Batista¹⁶ organizou uma revolta, contra o governo provisório, na qual ele assumiu o controle das forças armadas. Esse movimento acabou se transformando em uma revolução mais ampla e, logo, um novo governo estava em vigor. Em seguida, Batista tornou-se o homem mais poderoso do país e governou¹⁷ Cuba até 1944. Após o seu mandato, se mudou para a Flórida nos EUA.

Retornando somente em 1952 para concorrer a novas eleições, entretanto quando percebeu que não teria chance de êxito contra outros candidatos comunistas, encenou outro golpe e se estabeleceu como líder. Foi logo reconhecido pelos EUA em virtude da preocupação com a potencial disseminação do comunismo no Caribe. Os norte-americanos viam o Batista, por ser de direita, como um aliado útil na região. Entretanto o segundo regime de Batista foi caracterizado por ser envolvido com extrema corrupção.

Como consequência dessas ações, a pobreza e a agitação em Cuba aumentaram e Batista reagiu com crescente brutalidade. Em resposta a essa crise, os irmãos, Fidel e Raul Castro, iniciaram uma insurreição armada contra Batista em 1953. Com a expansão do exército rebelde, em agosto de 1958, iniciaram uma ofensiva contra as forças armadas de Batista. O exército rebelde consagrou-se vitorioso e Cuba passou a ser governada por um presidente indicado por Fidel Castro (LEVRIER-JONES, 2016).

3.3 AS POLÍTICAS DE DEFESA NORTE AMERICANAS

Com a invenção da bomba atômica pelos EUA e o grande efeito devastador sobre a cidade de Hiroshima, no então império do Japão, provocou um desequilíbrio de força e de poder entre os Estados vencedores da II GM. Este fato fez com que ocorresse o início da era dos armamentos nucleares.

¹⁶ Era sargento do exército quando organizou a revolta, promovendo uma ideia do povo em ação.

¹⁷ Apesar do Sr. Batista governar Cuba até 1944, não se tornou oficialmente presidente até 1940.

Com esse novo artefato ocorreu um desequilíbrio de forças e fez com que a ex-URSS passasse a fazer uma corrida armamentista para acompanhar a evolução do poderio bélico norte-americano. Entretanto, a partir do primeiro teste atômico soviético realizado em 1949, iniciava-se a perda da hegemonia dos EUA quanto ao monopólio do conhecimento e da vantagem de ser o único detentor de tal capacidade (PARET, 2003).

A partir do momento que os arsenais nucleares passaram a se desenvolver e a ser reproduzido em larga escala, Silva (2004) comenta que esses fatores foram determinantes para a mudança do emprego das forças no cenário mundial.

Os EUA para se contrapor ao expansionismo da ideologia da ex-URSS desenvolveu, no final da década de 1940 e no início de 1950, a política externa chamada de Política de Contenção¹⁸, com objetivo de controlar o desenvolvimento da influência dos soviéticos. Essa política de contenção deveria possuir as características de longo prazo, resiliente, firme e vigilante das tendências expansionistas soviéticas. Dessa forma, acreditava-se que o regime pudesse amadurecer ou, talvez, entrasse em colapso.

3.3.1 Doutrina Truman

Uma aplicação inicial da política de contenção foi a Doutrina Truman de 1947, em que proporcionava uma garantia de ajuda econômica e militar imediata à Grécia e à Turquia. Além disso, indiretamente a Doutrina Truman também envolvia no apoio dos norte-americanos aos outros Estados supostamente ameaçados pelo comunismo soviético.

Adicionalmente, os norte-americanos na tentativa de se manterem na liderança da corrida armamentista contra seu oponente, a ex-URSS, deram continuidade ao desenvolvimento de novas tecnologias como sendo autorizado o desenvolvimento da bomba termonuclear¹⁹. A bomba possuía características mais agressivas, por apresentar maior

¹⁸ A base da doutrina foi articulada pelo diplomata norte-americano George F. Kennan.

¹⁹ Construídas a partir da fusão do hidrogênio.

capacidade de destruição. Com isso, os EUA mantinham a esperança de continuar na vanguarda do poderio bélico até o final dos anos de 1950.

Durante o governo Harry Truman²⁰, a Doutrina Truman tornou-se a base política externa norte-americana e levou, em 1949, à formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

3.3.2 Política “NEW LOOK”

O presidente Dwight D. Eisenhower²¹ assumiu a presidência dos EUA, recebendo a herança de Harry Truman quanto a manutenção da vanguarda norte-americana sobre o poderio da capacidade nuclear e a necessidade de ajudar a Europa em aplicar a dissuasão contra os soviéticos, de modo a inibir ou frear o ímpeto de usarem seus armamentos nucleares. Para isso, tinha como ideia principal o entendimento de que o grande poderio nuclear norte-americano era o suficiente para dissuadir outro Estado igualmente nuclear de não utilizá-lo (PARET, 2003).

À vista disso, em 30 de outubro de 1953, o novo presidente dos EUA, Eisenhower, determinou uma nova política de segurança, conhecida pelo nome “NEW LOOK”. Essa estratégia militar desenvolvida pela nova administração concentrou-se no uso de armas nucleares e foi planejada como uma forma dos EUA cumprirem suas obrigações militares da Guerra Fria, sem, com isso, colocar muita pressão sobre a economia do país (PARET, 2003).

A estratégia “NEW LOOK” diminuiu os gastos com o Exército e a Marinha em favor do aumento dos gastos da Força Aérea e do armamento nuclear. A política, que dependia fortemente da capacidade de bombardeio estratégico, dependia da ameaça assimétrica de responder às provocações da ex-URSS com retaliação massiva. Também afirmou que a natureza, a localização e o momento de tal resposta seriam escolhidos pelos EUA. Pensou-se

²⁰ Presidente norte-americano que governou no período de 1945 a 1953.

²¹ Presidente norte-americano que governou no período de 1953 a 1961.

que a estratégia evitaria a necessidade de estar preparado para combater numerosos tipos diferentes de guerras em diferentes partes do mundo (FRIEDMAN, 2007).

Além disso, a política da Nova Visão concentrou-se em fortalecer os laços com aliados dos EUA e cortejar países não alinhados. Também previa operações encobertas realizadas pela Agência Central de Inteligência (CIA) para minar o controle soviético sobre os países dentro de sua órbita.

A política de defesa “NEW LOOK” passou a ser criticada a partir do momento que se percebeu uma erosão das capacidades convencionais em detrimento dos investimentos em armamento nuclear. Além disso, sua eficácia também foi questionada, uma vez que foi incapaz de deter o surgimento de governos de inspiração comunista nos países em desenvolvimento.

O crescente desenvolvimento do arsenal nuclear soviético provocou uma preocupação na possibilidade de afetar seriamente os EUA quanto a sua política de defesa. Assim sendo, os norte-americanos passaram a pensar diferente quanto a política de retaliação, trazendo para a reavaliação a estratégia da retaliação maciça. Essa estratégia também foi criticada por não avaliar as possíveis áreas da superioridade soviética (PARET, 2003).

Com a evolução da estratégia nuclear, passou-se a pensar num ataque preemptivo²² onde pudesse destruir a capacidade do oponente sem que esse pudesse ter a chance de reagir, em virtude do aperfeiçoamento das tecnologias de vigilância e de designação dos alvos.

Nessa linha de pensamento, foi criada a tese do Primeiro Ataque e do Segundo Ataque. O Primeiro Ataque seria a capacidade de um ataque surpresa devastador onde a retaliação seria impossível. Por outro lado, o Segundo Ataque seria a capacidade de absorver um Primeiro Ataque mantendo a capacidade de retaliação devastadora.

²² Termo da ciência da computação, relacionado com o desencadeamento de uma reação em função de uma ação que se espera, mas que ainda não ocorreu ou ainda não foi concluída.

Outros estrategistas advertiram que se ambos os lados buscassem uma capacidade de Primeiro Ataque, isso poderia levar a uma situação extremamente instável, especialmente durante um período de alta tensão política quando ambos estavam nervosos quanto às intenções do outro. Sendo assim, se receasse que um Primeiro Ataque do inimigo fosse iminente, haveria pressões poderosas para atacar primeiro, e se o inimigo reconhecesse essas pressões, isso o encorajaria a iniciar o seu ataque. Por outro lado, se ambos os lados estivessem confiantes em suas capacidades de Segundo Ataque, então haveria considerável estabilidade, já que não haveria nenhum prêmio ligado ao desencadear hostilidades nucleares. Os benefícios de uma capacidade mútua de Segunda Ataque levaram ao conceito de controle de armas (PARET, 2003).

3.3.3 Opções Flexíveis de Dissuasão

Ao assumir a presidência, John F. Kennedy²³, existia um pensamento da nova administração que acreditava firmemente que os Estados Unidos deveriam ter uma ampla variedade de respostas militares e não-militares às provocações comunistas. Sendo assim, a política “NEW LOOK” foi substituída pela estratégia de Opções Flexíveis de Dissuasão, também conhecida como Resposta Flexível.

Essa nova estratégia de defesa dos EUA abrange uma ampla gama de opções diplomáticas, políticas, econômicas e militares que são usadas para deter um ataque inimigo. Inicialmente projetada para impedir mais efetivamente a expansão comunista, a estratégia tornou-se um princípio fundamental do pensamento militar norte-americano.

A estratégia de Opções Flexíveis de Dissuasão deu ao presidente a capacidade de selecionar opções não-militares, bem como opções militares, ao responder a uma crise e permitiu que os EUA atendessem a cada ação hostil com uma reação proporcional. As linhas de ataque incluíam medidas diplomáticas, medidas políticas, medidas econômicas e, talvez mais importante, medidas militares.

²³ Presidente norte-americano que governou no período de 1961 a 1963.

Entretanto, essa estratégia era bastante cara, porque o desenvolvimento e a manutenção de armas convencionais e não convencionais consideráveis, bem como vários tipos de pessoal militar, exigiam gastos consideráveis. Durante a Guerra Fria, a Resposta Flexível contribuiu para evitar o conflito nuclear.

3.4 CRISE ENTRE EUA E CUBA

Com a assunção de Fidel Castro, os EUA passaram a ver seus interesses na ilha serem restringidos gradativamente. Fidel criou uma ditadura comunista de partido único, fechando partidos da oposição, jornais e estações de rádio. Com o desenvolvimento do antagonismo entre Cuba e EUA, passou a ter uma maior inclinação de Fidel aos soviéticos, aumentando os laços com a ex-URSS às custas dos EUA.

Os EUA, com temor de ter um aliado soviético tão perto de suas fronteiras, passou a realizar uma guerra comercial, cada vez mais amarga, tendo como consequência para os norte-americanos a nacionalização dos interesses dos EUA em Cuba. Apesar da forte pressão sobre o regime de Cuba, não se percebia sinal de que Fidel Castro estivesse perdendo o controle do poder, foi quando os EUA decidiram agir de forma mais agressiva para remover Castro do poder (LEVRIER-JONES, 2016).

Em agosto de 1960, o presidente americano Dwight D. Eisenhower confiscou todos os ativos cubanos nos EUA, impôs um embargo temporário a todo o comércio entre os EUA e Cuba e rompeu relações diplomáticas.

Os EUA prepararam uma invasão a Cuba. Em abril de 1961, lançou um ataque a Cuba usando exilados cubanos descontentes, que foram treinados pela CIA, e que viviam nos EUA. Em praticamente dois dias a maioria dos invasores haviam sido capturados, sendo esse ataque conhecido como a Invasão da Baía dos Porcos. Essa derrota permitiu sedimentar a liderança de Fidel Castro como líder de Cuba, fez com que ele percebesse que precisava do

apoio de uma grande potência para se contrapor aos EUA. Com isso, Cuba iniciou um estreito relacionamento com a ex-URSS (BLAYNE, 2011).

A ineficaz Invasão da Baía dos Porcos e a resposta de Kennedy a vários outros incidentes da Guerra Fria no início de sua presidência fizeram com que Khrushchev²⁴ pensasse que Kennedy fosse fraco, o que levou Khrushchev a calcular que Kennedy não contestaria com muito pendor se a ex-URSS reforçasse Cuba militarmente (BLAYNE, 2011).

Kennedy continuou a planejar a derrubada de Castro, após a fracassada invasão, por meio de operações de sabotagem e de guerrilha em Cuba. Enquanto esses planos estavam sendo desenvolvidos e promulgados, a inteligência dos EUA encontrou mais evidências de que havia um aumento de armas ocorrendo em Cuba. As armas eram em grande parte fornecidas pelos soviéticos, mas tanto os soviéticos quanto os cubanos disseram que as armas eram de natureza defensiva. Isso não era bem verdade. Não ficou evidente para os EUA até o início da crise dos mísseis cubanos, no início de setembro de 1962, quando os soviéticos trouxeram armas agressivas para Cuba. Eles enviaram e instalaram mísseis balísticos e após acordo secreto entre Cuba e a ex-URSS, os soviéticos puderam transportar armas termonucleares para Cuba (LEVRIER-JONES, 2016).

3.4.1 Provocação

Durante as eleições presidenciais norte-americanas de 1960, o candidato democrata John F. Kennedy acusava seu rival²⁵ de permitir uma lacuna de mísseis²⁶ entre os EUA e a ex-URSS a favor dos soviéticos.

O controle da quantidade de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) era realizado de forma secreta pelos norte-americanos por meio de aviões espiões Lockheed U-2 (U2). Com isso, havia secretamente o controle de todos os ICBMs soviéticos e sabia-se que

24 Primeiro-Secretário do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialista Soviética 1953 a 1964.

25 Candidato Richard Nixon, que era o vice-presidente do republicano Dwight D. Eisenhower.

26 Afirmação do candidato Kennedy de que o governo Eisenhower havia permitido que a ex-URSS ultrapassasse os Estados Unidos na produção de mísseis nucleares.

todos estavam dentro das fronteiras soviéticas, dessa forma, estando muito distantes de alvos na América do Norte. A verdadeira lacuna de mísseis na verdade era a favor dos EUA.

Devido à necessidade de manter o sigilo do programa U2, Eisenhower e Nixon foram incapazes de refutar a alegação de Kennedy sobre uma falha de mísseis, mesmo sabendo que isso era falso.

Os norte-americanos não confiaram plenamente nos cubanos ou soviéticos quando disseram que as únicas armas que haviam sido enviadas para Cuba eram de natureza defensiva, mas, para verificar isso, precisavam tirar fotografias dos mísseis. A melhor maneira de fazer isso foi com um avião espião U2. Entretanto, o governo de Kennedy optou por obter evidências sobre a natureza das armas em Cuba com satélites e outros tipos de aeronaves, tendo como resposta a confirmação de que houve um aumento de armas (EUA, 2013).

Com a confirmação do incremento de mísseis foi determinado, por meio de pressões políticas em Washington, que se confirmasse, fato pelo qual Kennedy decidiu usar um avião espião U2 para obter evidências mais conclusivas dos tipos de armas que estavam em Cuba.

Alguns membros da administração queriam iniciar uma invasão em larga escala de Cuba, mas Kennedy se decidiu contrário momentaneamente a essas sugestões. Temia que, se invadissem Cuba, os soviéticos causassem problemas em outras partes do mundo. Em vez disso, ele se preparou em uma invasão de Cuba caso fosse necessário e tentou garantir que os EUA soubessem de qualquer embarque suspeito para Cuba. Contudo, mais voos de aviões espiões identificaram outros mísseis em Cuba (EUA, 2013).

Dessa forma, o governo norte-americano decidiu que um bloqueio naval completo seria a resposta apropriada até que se pudesse chegar a um acordo sobre a remoção dos mísseis de Cuba. Acreditava-se que isso mostraria que os EUA levavam a sério a remoção dos mísseis, mas dificilmente provocariam a ex-URSS a atacar os interesses dos EUA em outras partes do mundo (LEVRIER-JONES, 2016).

Em 23 de outubro, o bloqueio foi aprovado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e em 24 de outubro os EUA colocaram suas forças armadas no seu mais alto nível de alerta, que se chamava condição de prontidão de defesa máxima. Esse nível de alerta significava que as forças norte-americanas estavam prontas para atacar Cuba e a ex-URSS com armas convencionais e nucleares em um prazo muito curto. Nesse mesmo dia, o bloqueio ou a quarentena começaram.

Navios soviéticos avançavam em direção à linha de quarentena e a Marinha norte-americana esperava para revistá-los. A Marinha tinha instruções para atacar navios se eles não parassem, e em vez de tentar quebrar a quarentena, os soviéticos decidiram voltar atrás com alguns de seus navios. Então, em 26 de outubro, foi proposto um acordo pelo qual seriam removidos de Cuba as armas ofensivas em troca da promessa dos EUA de não atacar Cuba.

3.4.2 SÁBADO NEGRO

Em 27 de outubro, Khrushchev enviou uma mensagem exigindo que queria um acordo envolvendo a remoção de mísseis norte-americanos da Turquia. Os EUA, em 1961, haviam colocado mísseis Jupiter, com ogivas nucleares, na Turquia.

Enquanto o presidente Kennedy não tomava uma decisão ocorria diversos acontecimentos que agravavam a situação entre as superpotências, escalando à crise, foram elas: o avião-espião U2 foi abatido sobre Cuba; um avião-espião diferente do U2 foi desviado para o espaço aéreo soviético no Extremo Oriente da ex-URSS; um submarino nuclear soviético²⁷ chegou muito perto de disparar contra a Marinha dos EUA; e a CIA relatou que cinco mísseis em Cuba pareciam estar totalmente operacionais.

Os EUA responderam à primeira carta de Khrushchev e se ofereceram para não invadir Cuba em troca da remoção de mísseis de Cuba. Os EUA também removeriam voluntariamente os mísseis da Turquia, embora eles quisessem que isso fosse mantido em

²⁷ O evento onde os navios norte-americanos usaram cargas de profundidade em um submarino soviético, e dois dos três oficiais soviéticos do submarino queriam atirar nos navios norte-americanos vizinhos. Foi somente porque o terceiro oficial não quis disparar que uma virada mais grave na Crise foi evitada.

segredo. Felizmente, Khrushchev aceitou a proposta norte-americana e, com isso, não houve a invasão em Cuba e a guerra nuclear foi evitada.

4 A MARINHA DE GUERRA DO PÓS GUERRA ATÉ OUTUBRO DE 1962

A Marinha de Guerra dos Estados Unidos da América ou United States Navy (USN) foi a grande força dominante nos mares após a II GM e, entretanto, a sua primazia não fez com que o Plano Marshall (1948) deixasse de direcionar recursos para a reconstrução da Europa em prol da manutenção dos investimentos, que acreditavam que deveria ser proporcional a sua envergadura.

A alta cúpula do Poder Naval norte-americano encontrava-se indignada com a falta de prioridade nos investimentos da USN e, principalmente, pelo fato da possibilidade de uma mudança de visão do nível político quanto ao direcionamento estratégico a ser adotado pelas Forças Armadas norte-americanas.

4.1 REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Embora na década de 1950 a USN tenha mantido uma força equilibrada e, com o projeto Polaris 1, recuperado uma posição primordial na estratégia nacional de dissuasão, a Lei de Reorganização da Defesa de 1958 fez com que se afastasse do chefe das operações navais o controle direto e entregasse ao secretário de defesa (SecDef) a autoridade para combinar as forças singulares em comandos unificados sob seu controle e, com isso, tomar as decisões finais sobre a pesquisa e o desenvolvimento de novas armas.

O SecDef com essa autoridade poderia definir a função militar de um sistema de armas, de um míssil ou, até mesmo, de uma aeronave evitando assim que o controle de combate dos chefes de operações pudessem individualizar, para cada força singular, o emprego do equipamento desenvolvido ou em desenvolvimento. Desse modo, poderia controlar e aplicar uma estratégia militar unificada.

Esse argumento sobre o controle político dos meios navais da USN é tratado considerando-se a reorganização das forças armadas dos EUA. Essa determinação do nível

político se fazia para se ter um maior controle das forças convencionais e dos recursos tecnológicos.

Assim sendo, a solução dada pelo presidente Eisenhower foi avançar na direção da unificação. Ele acreditava que a guerra terrestre, marítima e aérea deveria caminhar para sempre unidas, com isso, certo de introduzir a legislação em 1958. O próprio presidente dizia que se mais uma vez os EUA se envolvessem em guerra, eles irão combatê-la em todos os ambientes, com todos as forças singulares, como um único poder concentrado. As atividades preparatórias e organizacionais em tempo de paz devem conformar-se a este fato. O planejamento estratégico e tático passou a ter forças de combate completamente unificadas e organizadas em comandos unificados, que deveriam ser conduzidas e preparadas para lutar como uma só (BAER, 1994).

A lei de 1958 investiu o SecDef com controle total sobre a estratégia, as operações e o planejamento de forças. O Exército, a Marinha e a Força Aérea permaneceram como departamentos individuais, mas foram destituídos de responsabilidades operacionais. O controle das operações foi para os novos comandos, seus comandantes-chefes (CinCs) se reportando ao presidente através do SecDef.

Esses comandos eram organizados de acordo com a função e a missão, não de acordo com interesses ou tradição das forças singulares. Em princípio, um CinC poderia vir de qualquer força singular, e ele poderia comandar os ativos de qualquer uma das forças, de acordo com as necessidades de seu comando. Não haveria mais uma estratégia estritamente naval ou mesmo estritamente de outra força singular. Em 1958, o SecDef também ganhou autoridade direta sobre toda a pesquisa e desenvolvimento militar. O objetivo desse arranjo era eliminar a competição preventiva que havia afetado a pesquisa e o desenvolvimento. Por esse processo, serviu primeiramente para desenvolver um novo sistema de armas e empregar de acordo com a missão que o iria acompanhar (BAER, 1994).

Com essa mudança administrativa consegue-se atingir a duas tendências, como consequência da reorganização das Forças Armadas. A primeira tendência seria administrativa, onde visava diminuir os dispêndios da máquina militar, corroborando com a ideia de Eisenhower que acreditava ter a obrigação de dispor da defesa os interesses dos EUA sem arruinar a economia do país conforme a política do “NEW LOOK”, adotado pelo seu governo. A segunda tendência seria a alteração da estrutura de comando das unidades envolvidas em situação de emprego de forças. Os Comandantes das Forças Singulares deixaram de ter o controle sobre as forças convencionais envolvidas em situações operativas, permaneceram apenas com suas atribuições administrativas (HILSMAN, 1999).

4.2 A NOVA ESTRATÉGIA A SEGUIR PELA USN

O governo Kennedy perseguiu dois conceitos estratégicos: a dissuasão da guerra nuclear pela ameaça de destruição garantida, e uma variante de contenção chamada resposta flexível. Ambos refletiam a perspectiva de paridade estratégica nuclear soviética iminente. A dissuasão foi feita para evitar um primeiro ataque soviético. A resposta flexível foi destinada a encontrar uma maneira de contornar a retaliação maciça. Apelou para um nível de luta que fosse proporcional à força opositora, permitindo uma guerra limitada periférica e principalmente convencional (BAER, 1994).

Entretanto, a entrada do Presidente Kennedy no tabuleiro estratégico mundial, visava uma mudança de postura para com a ex-URSS, marcando o início do estabelecimento das relações diplomáticas entre as duas superpotências que seria a coexistência e não o confronto. Essa mudança era inovadora, pois até então não houve nenhuma ação nesse viés desde o fim da II GM.

Essa nova orientação política, que era das Opções Flexíveis de Dissuasão, visava preparar para novas estratégias que pudessem convergir na direção da coexistência e do equilíbrio entre os dois Estados.

Por conta disso, a USN teve que se reorganizar e se preparar para enfrentar dois períodos distintos, que seriam as de confrontação e de coexistência; e o controle político do emprego dos meios navais. Na fase da confrontação, o emprego da USN seria com a preparação do uso de artefatos nucleares, que seriam os principais. Quanto na fase da coexistência, o emprego da USN seria com a preparação do uso de meios convencionais seriam mais preponderantes, sendo o motivo pelo qual o Presidente Kennedy tanto valorizou as forças convencionais. Por fim, o controle político do emprego dos meios navais foi determinado pela reestruturação das Forças Armadas, conforme determinado pelo Presidente Eisenhower por meio da Lei de Reorganização da Defesa de 1958.

As grandes transformações para que se houvesse a compreensão das novas realidades fizeram com que a visão estratégica fosse agudamente modelada pela tecnologia da época.

Nos anos iniciais da utilização dos armamentos nucleares – períodos que coincidiram com o início da Guerra Fria, ou fase da confrontação – dois vetores prometiam alterar de forma a reduzir a necessidade de outros meios de força, que seriam: os aviões bombardeiros de longo alcance e os mísseis.

De acordo com Paret (2003), a reprodução das armas atômicas permitiu que houvesse novamente o argumento de que o poder aéreo seria o mais preciso para conduzir esses artefatos até os objetivos, demonstrando que os entusiastas por essa ideia não estariam equivocados – teriam apenas se precipitado no tempo.

As previsões de perdas e de danos estavam além do que as sociedades poderiam suportar; acumulava força a convicção de que a arma nuclear diminuía o valor de todas as outras formas de poder militar.

A concepção acima, acrescida dos conceitos preconizados pela alta administração do governo Eisenhower era de que as forças convencionais teriam custos elevados e que a aplicação dessa mesma força não teriam grandes expressões em uma confrontação nuclear

(BAER, 1994, p. 342). Essa concepção deixavam em questão a importância da USN no período de confrontação. Porém, esse cenário seria alterado por três eventos importantes, que seriam: a dispersão das armas nucleares táticas; o início da operação dos mísseis balísticos lançados de submarino; e a estratégia da Opção Flexível de Dissuasão.

Sendo assim, no período da crise dos mísseis gerou profundas incertezas, porém a USN estava preparada para ser empregada nas duas correntes estratégias complementares, quando da assunção da presidência pelo Presidente Kennedy: a retaliação maciça e a estreante resposta flexível.

5 CONCLUSÃO

A crescente relação tensa entre as potências hegemônicas do poderio nuclear fez com que o relacionamento estratégico mudasse de acordo com a evolução dos armamentos e dos conceitos de estratégia que foram abordados para que se pudesse lidar com os efeitos adversos das situações de conflito que se encontravam no desenrolar da Crise dos mísseis de 1962.

A entrada do Presidente Kennedy no cenário das relações entre os EUA e a ex-URSS fez com que tivesse reduzido ao extremo a chance de ser levada até as últimas consequências dos efeitos devastadores de uma possível guerra nuclear. Entretanto, o poder político que Kennedy possuía era sem precedentes, adicionado pela sua visão estratégica do uso das relações diplomáticas e da liderança que realizou com seu Staff fez com que os ânimos se acalmassem chegando a um final sem prejuízos globais.

O marco inicial do relacionamento entre os norte-americanos e os soviéticos eram relações de confronto que com o passar do tempo, graças ao Presidente Kennedy, foram se transformando em uma relação de coexistência, deixando para trás a de confronto. Foi uma transição política de elevado risco, mas que marcava uma evolução em relação ao equilíbrio de terror praticado até então.

De maneira mais simples, a gestão do Presidente Kennedy era de uma orientação estratégica que visava para uma direção da estabilização do cenário nuclear internacional, valendo-se, principalmente, do conceito da Opção Flexível de Dissuasão.

Nesse mesmo período, de profundas incertezas, a USN estava preparada para ser empregada nas duas correntes estratégias complementares, quando da assunção da presidência pelo Presidente Kennedy: a retaliação maciça e a estreante resposta flexível.

A USN entrou na década de 1960 com maior grau de controle direto de seus meios convencionais pelo nível político e com os meios tecnológicos necessários para permitir que esse mesmo controle fosse uma realidade.

A crise dos mísseis de Cuba, por uma decisão do mais alto escalão do Governo dos EUA, foi conduzida politicamente de modo a minimizar os riscos indesejados de uma confrontação nuclear e manter fidelidade ao princípio de coexistência entre as potências em disputa hegemônicas.

O propósito estabelecido foi atingido, ao avaliar que o Poder Naval dos Estados Unidos da América contribuiu com a distensão da crise por meio da dissuasão. Suas contribuições ajudaram o poder político na relação entre os Estados para que se pudesse distender a Crise dos Mísseis de 1962. Com isso, conclui-se que o possível conflito naval com o emprego da violência é uma consequência inevitável decorrente de uma escalada contínua da crise.

6 REFERÊNCIAS

- BAER, George W. *One Hundred Years of Sea Power*, Stanford University Press, California, 1994. 553 p.
- BARBOSA, Ruy. *Cartas de Inglaterra*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinguer, 1896. 410 p.
- BLAYNE, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamentos Educacional, 2011. 310 p.
- BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2014. 297 p.
- BRASIL. Marinha do Brasil. *Doutrina Militar Naval (DMN)*. 1. ed. Brasília: Marinha do Brasil, 2017. 130 p.
- _____. Marinha do Brasil. *Manual de Estratégia e Manobra de Crises Internacionais*. 1. ed. Brasília: Marinha do Brasil, 2002. 39 p. (É RESERVADO !!!! POSSO COLOCAR NA BIBLIOGRAFIA ???)
- PINTO, Paulo Lafayette P. *O Emprego do Poder Naval em Tempo de Paz*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1989. 178 p.
- CABLE, James. *Diplomacy at Sea*. Hong Kong: The Macmillan Press, 1985. 191 p.
- CABLE, James. *Gunboat Diplomacy*. 2. ed. Hong Kong: The Macmillan Press, 1981. 288 p.
- CARVALHO, Virgílio de. *O Poder Marítimo*. Revista Nação e Defesa. Lisboa, ano VI, nº 24, p. 122-142, out-dez 1982. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/2823>. Acesso em: 07 jul. 2019
- ESTADOS UNIDOS DA AMERICA (EUA). *The Cuban Missile Crisis, October 1962*. US Department of State – Office of the Historian, 2013. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1961-1968/cuban-missile-crisis> . Acesso em 05 mai. 2019
- GORSHKOV, Sergei G. *The Sea Power of the State*. 2. ed. Annapolis: Naval Institute Press, 1979. 290 p.
- HILSMAN, Roger. *From Nuclear Military Strategy to a World Without War – A History and Proposal*. Westport: Praeger Publishers, 1999. 336 p.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. 1. ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. 557 p.
- TILL, Geoffrey. *Seapower. A guide for the twenty-first century*. 1. ed. London: Frank Cass Publishers, 2004. 430 p.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo*. Editora: Campus, Rio de Janeiro, 2004.
- _____, Geoffrey. *Seapower. A guide for the twenty-first century*. 2. ed. Abingdon: Taylor & Francis e-Library, 2005. 398 p.

LEVRIER-JONES, George. *Cold War History - The Complete History – From World War 2 to the Cuban Missile Crisis, and the Vietnam War to Reagan and Gorbachev – 1945-1991*. 1. ed. www.itshistorypodcasts.com, 2016. 242 p.

PARET, Peter. *Os Construtores da Estratégia Moderna – TOMO II*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2003. 584 p.

CORBETT, Julian Stafford. *Some principles of maritime strategy*. 1. ed. London: Longmans, Green and Co, 1911. 317 p.

FRIEDMAN, Norman. *The fifty year war – Conflict and Strategy in the Cold War*. Maryland-USA: Naval Institute Press, 2007.

7 ANEXO A – Funções das Marinhas



Figura 1 – As funções das Marinhas de Guerra

Fonte: Booth, 2014, p. 16

8 ANEXO B – Diagrama de probabilidades

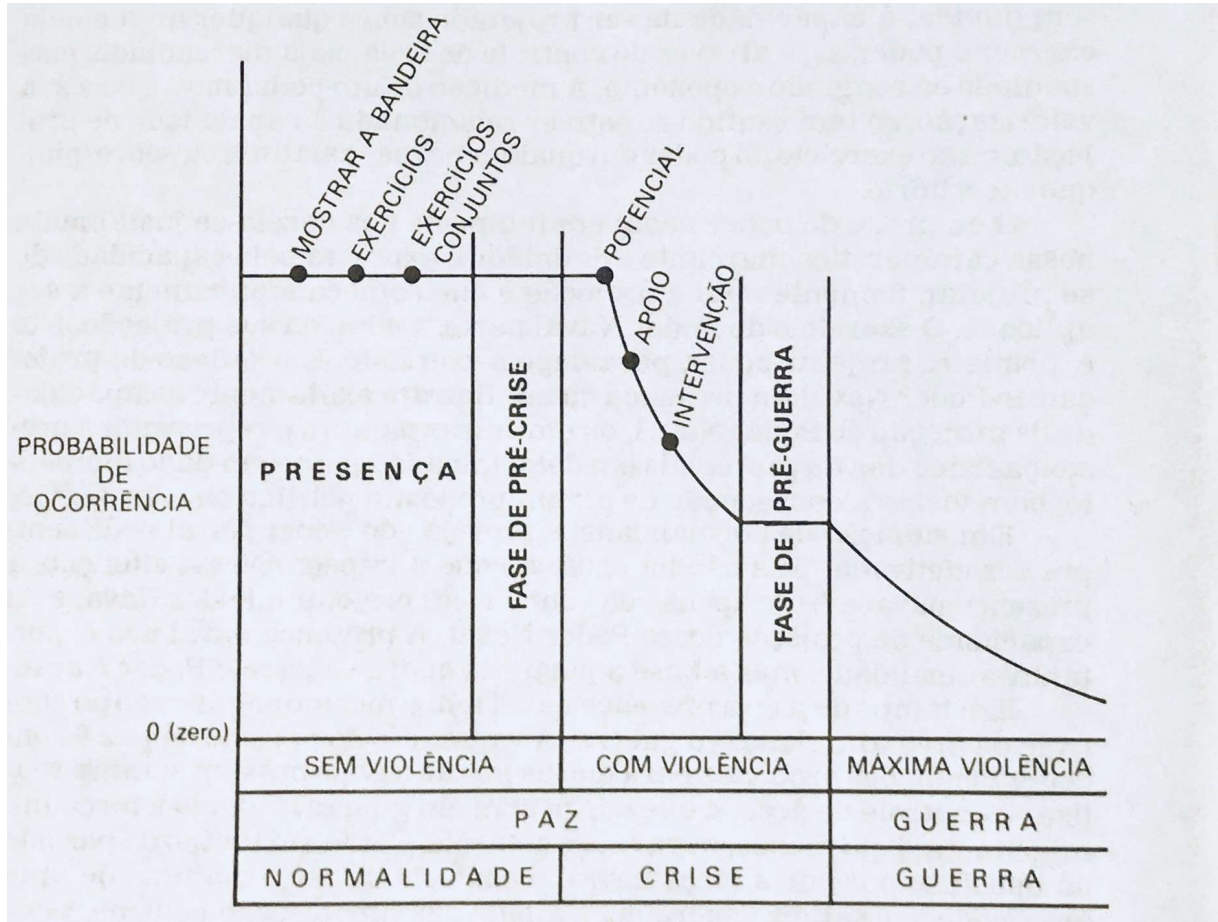


Figura 2 – Estratégias adotadas com propósitos políticos preestabelecidos

Fonte: PINTO, 1989, p. 68

9 ANEXO C – O alcance e a extensão da diplomacia naval

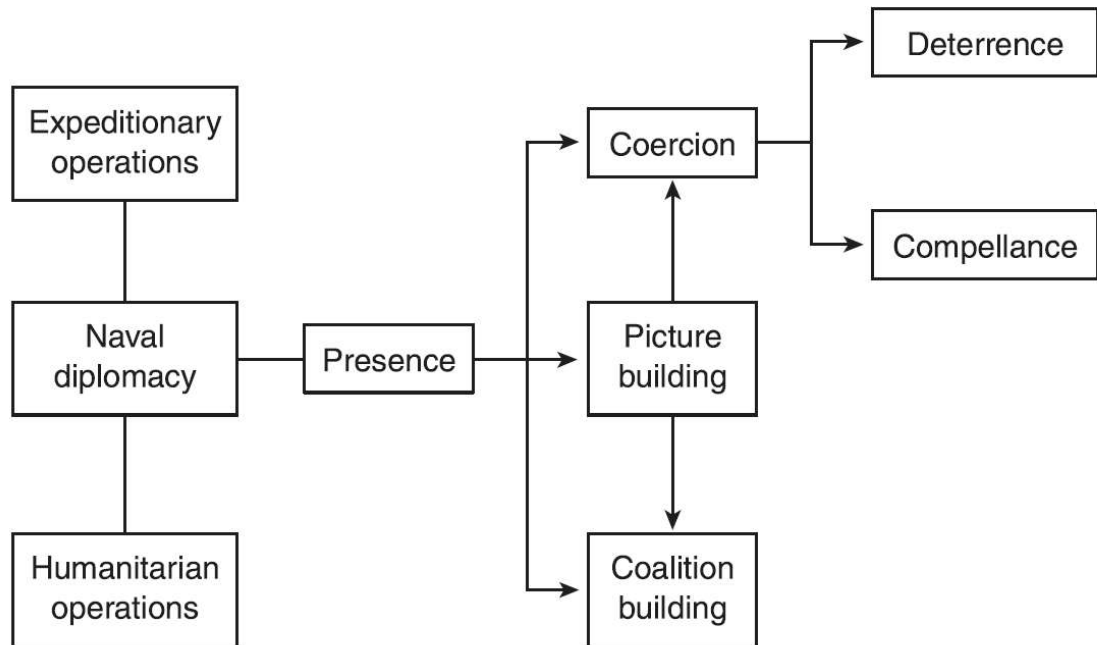


Figura 3 – Os componentes da diplomacia naval

Fonte: TILL, 2004, p. 245

10 ANEXO D – Gráfico da probabilidade de ocorrência

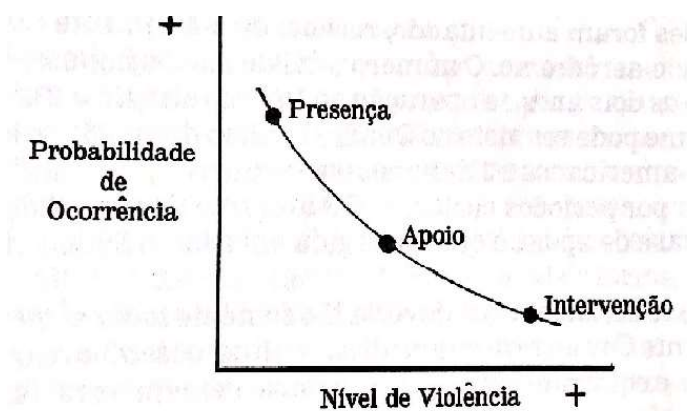


Figura 4 – Probabilidade de ocorrência do emprego das forças navais de acordo com a escalada da violência.

Fonte: PINTO, 1989, p. 26